



LIVRE

Liberdade - Esquerda - Europa - Ecologia

Iº CONGRESSO DO LIVRE - Sintra, 5 de outubro de 2014

MOÇÃO 1

Título: UM NOVO PARTIDO PARA UMA POLÍTICA NOVA

Proponente: Luís Costa (dicosta27@gmail.com; 917914575)

Subscritores:

Resumo: Considera-se que o LIVRE deve prevenir vícios comuns às diferentes organizações partidárias evitando simultaneamente o mimetismo e a crítica fácil.

Para tal, analisa-se as suas relações internas e alerta-se para os atritos que podem resultar de especificidades sociais, tendo em conta a evidente homogeneidade social que caracteriza o partido e a preocupação com o seu crescimento e alargamento social.

Definem-se ainda zonas prioritárias para esse crescimento, sugerindo-se embora que ele dever resultar de um trabalho de base dirigido à totalidade da população portuguesa.

Moção:

UM NOVO PARTIDO PARA UMA POLÍTICA NOVA

Todas as relações sociais são relações de poder na medida em que todos usamos as características que temos e os recursos de que dispomos para influenciar as pessoas e os acontecimentos à nossa volta. É essa a essência do poder e o elemento base da política.

Ora, se os partidos são organizações cujo objetivo último é a obtenção do poder político, situam-se então no cerne das relações de poder. Não podem, assim, escapar à sua análise, quer no que se refere às suas relações internas, quer no que se refere às relações que mantêm entre si.

1. Um novo partido entre outros partidos

Ao surgir como uma nova formação política o Livre entrou no campo dessas relações, suscitando, desde logo, a manifestação do poder de primogenia: a vantagem de quem chegou primeiro.

Quem chega primeiro tem a capacidade de definir as formas que vão persistir para lá de quem as criou, uma vez que a partir do momento em que algo existe tudo à sua volta se lhe ajusta e, mesmo que criticamente, requer essa existência.

O existente transporta consigo, como diria Pièrre Bourdieu, «o peso da necessidade instituída nas coisas e nos corpos», sempre a exigir o provável e a obstaculizar o possível. E, assim, a opção entre práticas instituídas e práticas instituintes é uma opção profundamente desigual, porque desiguais são as suas oportunidades.

Num contexto marcado por anteriores iniciativas, mais ou menos falhadas ou inconsequentes, pelos vícios do sistema de representação política e pelo rasto das forças políticas já existentes, a afirmação de uma nova formação política suscita uma enorme desconfiança.

E, para além de um efeito de legitimação, a falácia da igualdade de oportunidades de afirmação política parece servir duplamente os partidos instalados. Por um lado, o necessário tende a confundir-se com o existente, que oferece a segurança do já anteriormente experimentado. Por outro lado, o existente pode sugerir tantas reservas que, nessa matéria, se prefere ficar mesmo por aí.

Ao romper este cerco, o Livre surgiu com a acrescida responsabilidade de procurar oferecer aos eleitores algo que não seja mais do mesmo e, não podendo cair na crítica fácil, nem por isso se pode dispensar de uma crítica da razão partidária.

2. A crítica da razão partidária

Nas relações de poder, os partidos políticos tendem a converter-se em organizações autocentradas, gerando e desenvolvendo interesses endógenos que se podem sobrepor aos da própria função de representação.

Havendo, neste particular, diferentes situações e motivações, nomeadamente entre os partidos habituados ao usufruto do Poder, este parece ser um traço comum às diferentes organizações partidárias. É que a crença de outros partidos de que constituem a vanguarda capaz de protagonizar as mais justas transformações sociais, impede-os de distinguir os seus interesses dos do geral da humanidade, suscitando-lhes a mesma predisposição.

Não por uma congénita malformação dos partidos, mas exatamente porque eles não escapam às mais gerais ou a mais domésticas relações de poder que o Livre, alertado quanto a possíveis mimetismos, não pode prescindir de analisar¹.

3. As relações políticas internas

Num novo partido, em que as relações internas não se encontram ainda bem definidas e institucionalizadas, a questão do poder, que não precisa de ser consciente para existir, joga-se também nesse processo de definição.

É então normal a emergência de diferentes dinâmicas de afirmação e demarcação de um estatuto interno, em conformidade com a autoimagem e as características da respetiva personalidade. Bem como da procura do seu geral reconhecimento, sem o qual, qualquer correlação de poderes não pode existir nem funcionar.

¹ Só rejeitando firmemente velhos tiques das organizações partidárias, o Livre pode ambicionar algum papel na recondução à participação política da parte significativa do eleitorado, a que tem engrossado as fileiras da abstenção e dos votos brancos e nulos.

Sendo que, ao haver situações conflituais, elas se resolvem através dos procedimentos e do exercício da autoridade democráticos, não podem, porém, inviabilizar os necessários ganhos da recíproca confiança e o objetivo da otimização de todos os recursos e disponibilidades.

Nem devem iludir quaisquer situações sociais relevantes, sobretudo num partido que pretenda alargar a sua base social de apoio. O que nos exige uma particular atenção às nossas características específicas, tendo em conta a atualidade e o contexto social português.

3.1. A atomização das identidades políticas

Desde logo, há que considerar que as nossas sociedades viveram, neste último século, um crescente processo de individualização que as distingue das sociedades tradicionais dos alvares da democracia.

Foi esse desenvolvimento que permitiu evidenciar novas formações políticas, como os movimentos sociais, que, conseguindo agregar multidões à volta de determinadas causas, não deixam de ser acompanhados por uma significativa estagnação dos partidos de massas.

Com eles surgiram outras formas de concorrência, suscitando por vezes novos atritos e recíprocas suspeições, que medeiam entre as tentativas de instrumentalização e as reservas quanto a um mútuo envolvimento.

Mas eles próprios são a expressão de uma nova realidade, filtrada pela pulverização das identidades políticas (e pelas potencialidades democráticas do uso das modernas tecnologias), com inevitáveis consequências. Quer no que se refere à conflitualidade interna aos partidos, quer quanto à sua capacidade para as representar.

Porém, como o fenómeno da individualização acompanha o da maior especialização do conhecimento, gerando situações em que, como alguém já disse, nos tornamos “sábios de muito pouco e ignorantes de quase tudo”, um partido pode bem ser a condição para a inclusão dos múltiplos saberes parcelares numa narrativa política global.

E, apesar do atual mosaico das identidades políticas, nem por isso os novos partidos deixam de surgir para congregar as que são afins, aparecendo muito mais homogéneos, em termos da sua composição social, que os partidos tradicionais.

3.2. Uma grande homogeneidade social

No caso do Livre, onde ainda não há dados que nos permitam identificar com rigor as gerais características dos seus membros, não é difícil, mesmo a olho nu, detetar uma grande homogeneidade social.

Pelo que se tornam mais relevantes quaisquer conflitos espontâneos que resultem de especificidades sociais. Mais do que os que resultam da manifestação das mais exuberantes personalidades, por muito que eles possam conjugar-se.

Associáveis à distribuição social do poder, a sua análise torna-se indispensável quando se pretende identificar o caminho a seguir num desejável crescimento e alargamento social. E, aceitando como positiva aquela homogeneidade, é possível fundamentar essa análise na perspectiva de que os partidos políticos são, eles próprios, uma emanção da sociedade. Ou seja, a expressão política dos interesses e projetos dos grupos sociais em presença.

Tal era, por exemplo, a perspectiva de A. Gramsci, para quem a correspondência entre partido e a base social que representa se traduzia pelo conceito de **eficiência real**. Segundo ele, é este entendimento que melhor permite não só interpretar as disputas internas aos partidos e a sua eventual burocratização, como também a sua história.

No contexto da decisiva rutura entre socialismo reformista e revolucionário, preocupava-se então com a expansão de um partido revolucionário, através da reunião dos vários setores populares, sob uma “conceção do mundo” que lhes fosse comum.

No que se refere ao nosso contexto e ao nosso partido, não há razão para crer que ele não represente politicamente quem o constitui, ou que não o deva fazer. Mas também que o objetivo do seu alargamento não deva ter isso em conta. Desde logo, em termos de “conceções do mundo”.

Por um lado, tendo em atenção que, mesmo que de boa-fé, qualquer grupo social tende a considerar que o mundo é exatamente aquele em que se situam as suas vivências quotidianas e o que esse seu posicionamento social lhe permite descortinar.

Por outro lado, reconhecendo que esse espaço de inter-relacionamento é inspirado por pressupostos, regido por uma gramática, tecido por uma linguagem e impulsionado por um ritmo que fazem dele um

território específico. Por onde naturalmente o grupo se move e de que espontaneamente exclui os estranhos, por mais que voluntaristicamente o queira abrir.

Tentando exemplificar: no contexto em que o Livre se formou, a existência de um núcleo socialmente coeso e o uso privilegiado das redes sociais foram importantes para enfrentar os seus desafios iniciais.

E aquelas redes serão certamente um elemento incontornável de qualquer estratégia de comunicação e percussoras de novas rotinas democráticas, sem que por isso deixem de ser minoritárias na sociedade portuguesa.

Ora, afunilar a comunicação e o debate nestas plataformas e, sobretudo, pressupor que essa é a forma por que um partido deve funcionar ou a desejável maneira de o comum das pessoas se relacionar é, mesmo que involuntariamente, naturalizar um fator de exclusão. E de conseqüente homogeneização.

Se é que os ritmos assim exigidos à reflexão política não podem eles próprios naturalizar-se, impedindo objetivamente a pretendida metodologia participativa, com as suas exigências de consumo de tempo, e sugerindo uma improvável reflexão.

Ora, chegada a hora de alargar a nossa base social de apoio, o partido não pode deixar de ponderar aquela homogeneidade, os processos sociais que lhe estão na origem e a correlação de poderes que institui.

E repensar a forma como se relaciona internamente, visando sobretudo voltar-se para o exterior, com uma estratégia de comunicação dirigida à totalidade da população portuguesa, na sua heterogeneidade.

Mas, mais ainda que superar a situação concreta, importa a capacidade de analisar, perceber e atalhar o fenómeno que a gerou, já que é sempre suscetível de outros desenvolvimentos e manifestações.

4. Crescimento e alargamento da base social de apoio

Não sendo a homogeneidade que nos caracteriza descartável, ela é certamente o melhor ponto de partida para um imperativo alargamento da nossa base social de apoio. Dirigido à generalidade da população portuguesa, que só se poderá reganhar para a política através de um trabalho emancipatório de base, pouco compaginável com a liturgia dos pequenos poderes, bem poderá seguir uma estratégia

progressiva. E, por analogia, ir colher às ciências do conhecimento a noção, introduzida por L. Vygotsky, de **zona próxima de desenvolvimento**.

Fundamentalmente tentando, pouco a pouco, ir conseguindo a integração das identidades mais próximas num mesmo comum projeto político. Um caminho em que, para já, importa destacar os seguintes elementos:

- **Diáspora:** Uma população constituída pela abundante e mais recente emigração, significativa pelas suas características sociais, académicas e etárias²;
- **Indignados:** Uma população politicamente bastante heterogénea, mas com características e preocupações sociais comuns. Desde logo, as que resultam de ser a que melhor se percebe como o conjunto dos principais excluídos e desperdiçados pela sociedade do bem-estar³;
- **Margem esquerda do socialismo:** Uma população socialmente heterogénea, mas muito mais homogénea politicamente e que tradicionalmente se sente mal representada pelos partidos de esquerda⁴.

É claro que não se esgota aqui a representação de todo o “povo de esquerda”, na sua diversidade social e política. Pelo que se mantém a obrigatoriedade de repensar as alianças necessárias, em ordem a uma mais significativa e eficaz representação política das suas preocupações comuns, objeto da moção específica: “Unidade de esquerda e credibilidade eleitoral”.

² Na convicção da importância que este setor populacional pode vir a ter para o futuro do nosso país e pelos contactos que continua a manter com significativos setores da sociedade portuguesa, em geral.

³ Uma população a carecer de representação política e bastante mobilizável através das redes sociais. Aproveitou uma manifestação para passar a escrito as suas reivindicações que, apesar do seu caráter disperso e contraditório, mereciam ter sido sistematizadas e aproveitadas para uma possível programação política. Ao invés, não se sabe se em cumprimento de imperativos mais institucionalizantes, foram, na sua forma dispersa, entregues na Assembleia da República, tornando-se politicamente inconsequentes. Continuará a ser politicamente relevante proceder à sua sistematização, apesar do seu caráter disperso e contraditório.

⁴ Muita da qual se associou ao Congresso das Alternativas, se reconheceu no Manifesto 3D e se encontra disponível para trajetórias conjuntas, como parece transparecer das posições do Forum Manifesto.



LIVRE

Liberdade - Esquerda - Europa - Ecologia

1º CONGRESSO DO LIVRE - Sintra, 5 de outubro de 2014

MOÇÃO 2

Título: UNIDADE DE ESQUERDA E CREDIBILIDADE ELEITORAL

Proponente: Luís Costa (dicosta27@gmail.com, 917914575)

Subscritores:

Resumo: Todo o trabalho de crescimento e alargamento da base social de apoio do LIVRE não deve levar a que se descure a necessidade das alianças para o desenvolvimento de um programa político afirmativo e que suscite uma nova credibilidade eleitoral.

Entendendo que essas alianças só podem procurar-se na esquerda do espetro das organizações políticas, considera-se que tal procura não deve ser baseada no senso comum, mas num exercício de análise daquilo que de facto divide e une a esquerda, cujo esboço procura fazer.

Moção:

UNIDADE DE ESQUERDA E CREDIBILIDADE ELEITORAL

Se a procura da unidade de esquerda exige uma particular capacidade diplomática, não exige menor capacidade de análise, num contexto em que em as consequências sociais do liberalismo económico se manifestam com recorrente crueza e em que pareceria fácil a unidade de todos os que se reclamam da defesa do Estado social, perante as sucessivas investidas que o ameaçam.

A ideia que aqui se defende é a de que uma adequada resposta política a esta situação passará fundamentalmente por duas vertentes: uma atitude afirmativa que vá para além da entrincheirada defesa do Estado social e vise suscitar uma nova confiança política; que essa atitude resulte de uma ponderada avaliação sobre os reais obstáculos à unidade da esquerda.

É frequente a opinião de que a desunião das esquerdas deriva das suas características mais idealistas, por oposição a uma mais pragmática direita dos interesses. Admitamos porém a hipótese de que as divisões à esquerda, derivando de clivagens ideológicas, se sustentam num mais calculado pragmatismo.

Para isso, partamos de uma primeira distinção que, talvez grosseiramente, permite distinguir a esquerda dos compromissos da esquerda das convicções, começando por aqui a nossa análise.

A afirmação de que “tenho dúvidas de que a Coreia do Norte não seja uma democracia” é um mero *lapsus linguae*, resulta de alguma confusão mental ou, ao invés, é fruto de uma certa coerência política?!

Tem alguma coisa a ver com uma conceção de luta de classes que aceita dividir o mundo por uma linha imaginária em tudo idêntica à do Tratado de Tordesilhas?! Que, por isso, considera não a natureza do conflito social e se ele pode ou não ser como o pequeno orifício na parede da barragem, mas quem são os seus protagonistas e de que lado da linha se encontram?! E que coloca assim toda a “América” de um dos lados da linha, o oposto ao da Coreia do Norte, apesar dos níveis de desigualdade e conflitualidade sociais que apresenta?!

Ora, esta parece ser uma posição coerente, em confronto embora com outras conceções políticas. E se é certo que, como alguns autores afirmam, toda a ciência aspira a transformar-se em senso comum, ela mesma corresponde a um senso comum político que deriva de anteriores pressupostos teóricos.

Da sua consideração depende uma melhor percepção do muito que divide e une a esquerda.

1. A distinção entre esquerda e direita

Começamos pela distinção entre esquerda e direita e remontemos ao séc. XIX quando, sob a influência do positivismo, se começam a elaborar as primeiras concepções da sociedade relativamente autónomas das anteriores narrativas de inspiração religiosa.

Refletindo e marcando o compasso político, elas aparecem desde logo divididas em duas grandes correntes: a das que percebem a sociedade como consenso e a das que a percebem como conflito.

Para as primeiras, a sociedade é um todo harmonioso e funcional que vela pelos indivíduos que a constituem. Para as segundas, a sociedade é um palco onde se destacam e conflituam diferentes interesses e poderes, em particular o de definir as suas normas.

E foi por esta linha divisória que também se demarcaram direita e esquerda. A evolução do liberalismo político veio, porém, alterar os marcos dessa fronteira.

Por um lado, ele contém desde logo a noção de que a sociedade é composta por atores sociais com diferentes interesses. Por outro lado, a esquerda conseguiu fecundá-lo com a ideia de que a conflitualidade social não se esgota nas disputas entre elites (vitoriosas sobre a aristocracia) e na sua representação parlamentar. Mais, convenceu-o de que ou toda a conflitualidade tinha representação política, ou então não se conteria por aí.

Se isso permitiu uma certa estilização da conflitualidade social, permitiu também o aprofundamento democrático do liberalismo político. Sem que, contudo, o desempenho democrático acabe por absorver toda a conflitualidade social ou que muitos dos rendidos à democracia não lhe prefiram sobretudo o estilo.

O que é certo, é que a generalização da ideia democrática, e do seu efeito legitimador, acabaram por tornar hegemónica esta concepção. A de que as sociedades se tecem da inter-relação de atores sociais (com diferentes interesses, objetivos e perspetivas) que conflituam e se comprometem entre si. Destronando e acantonando as concepções da sociedade tributárias do consenso social.

E, se a direita se dividiu entre a aceitação ou não do liberalismo político, também a esquerda se dividiu, fundamentalmente à volta de uma questão que ele tende a menosprezar: Será que aqueles diferentes atores concorrem no jogo democrático em igualdade de oportunidades (poderes)?!

Para uma, seria possível, através da via parlamentar, não só a representação dos diferentes interesses, mas também a alteração de poder que permita uma maior justiça social. Para outra, as regras-do-jogo refletem necessariamente o existente desequilíbrio de poderes, pelo que não será por essa via que alguma vez se atingirá a desejável justiça.

Contudo, a plena compreensão desta rotura obriga aqui a uma outra importante consideração.

2. Esquerda reformista e esquerda revolucionária

Também desde a formulação das primeiras conceções laicas sobre a sociedade que uma segunda linha divisória surgiu, separando-as em duas outras correntes que se intercetam com as do consenso ou do conflito.

Uma primeira que acentua a força da estrutura social e como a mesma se salienta e condiciona os atores que nela participam (perspetiva estruturalista, sistémica ou holística). Uma segunda que acentua a importância dos atores sociais (individuais ou coletivos) e do papel que eles detêm na modelação da própria sociedade (perspetiva da ação).

A perspetiva estruturalista surgiu como claramente dominante, quer na vertente do consenso, funcionalismo, quer na vertente do conflito, marxismo. E, marcada pelo positivismo e pela sua ânsia das leis universais, frequentemente pressupunha a estrutura social como decisiva, ganhando um cunho determinista.

Ora, desde um primeiro momento que a esquerda se identificava pela intenção de alteração da estrutura social e, conseqüentemente, por uma visão estruturalista. A questão fundamental em debate era, porém, a de como fazê-lo, gerando duas posições que se viriam a tornar irreduzíveis a partir da segunda década do séc. XX.

Parte dela considerava possível e privilegiava a progressiva transformação da estrutura social, ainda que com objetivo estratégico da sua alteração profunda, levando Léon Blum (1872-1950) a afirmar que só o reformismo era revolucionário, porque dava tempo aos espíritos para se habituarem.

Pressupondo, como a concepção democrática, a relativa autonomia dos atores sociais em relação à estrutura social, não teve dificuldade em partilhá-la, na expressão que a democracia foi adotando conjuntamente, com mais ou menos cedências a essa conjuntura.

Já uma outra parte foi beber fundamentalmente ao estruturalismo determinista e, sendo a estrutura social decisiva, a mudança social só poderia ocorrer pela sua alteração súbita e radical, ou seja, pela via revolucionária.

Colhendo no positivismo marxista as leis da mudança social revolucionária, descritas no materialismo histórico e projetadas pelo materialismo dialético, vai convir que essa mudança só poderá ser protagonizada pela classe operária e seus aliados e comandada pela respetiva vanguarda, o Partido.

Ora, identificando-se a esquerda, desde a sua génese, pela perspectiva de conflito, no seu cometimento por uma ordem social mais justa, a classificação global de esquerda pode iludir ou subestimar esta outra clivagem, tanto mais quanto ela parecer ultrapassada pelos posteriores desenvolvimentos.

3. Esquerda e credibilidade eleitoral

Com efeito, não só o liberalismo económico evidenciou toda a sua capacidade destrutiva, como a ameaça revolucionária, que acabou por potenciar, lhe aconselhou alguma moderação, criando um contexto favorável ao desenvolvimento das teses reformistas.

Nelas confluíram setores da direita, conformes com o liberalismo político mas preocupados com os desmandos do liberalismo económico, e o socialismo reformista, suscitando o contexto que, genericamente, se designa por projeto social europeu.

A posição revolucionária, pujante noutros contextos, pareceu neste caso afeiçoar-se-lhe, adotando os procedimentos democráticos, reivindicando o aprofundamento do reformismo e participando em programas governativos comprometidos com a sua concretização.

Só que esta participação acabou por torná-la indistinguível do reformismo, numa situação muito pouco propícia às teses revolucionárias, com o conseqüente declínio eleitoral. De que foi a pioneira, mas em que poderá ser acompanhada por toda a esquerda, se o eleitorado continuar a preferir a qualquer cópia o seu original.

É que o socialismo reformista deu-se mal com as restrições orçamentais resultantes das primeiras crises petrolíferas e, pior ainda, procurou defender-se delas adotando posições monetaristas que contrariam uma coerente política económica.

E abriu as portas ao rejuvenescimento das teses liberais. Em muitos casos, adotou-as e reconheceu-as mesmo, invertendo o sentido do processo reformista e, sobretudo, perdendo-se da sua orientação fundadora, em direção a uma outra estrutura social.

Ora, para isso também muito contribuiu, na indistinção em que se amálgama a esquerda, o colapso económico dos sistemas políticos erigidos em nome das teses revolucionárias, a partir da revolução soviética de 1917. Tanto mais, quanto ele se sucedeu ao colapso do seu projeto de uma nova e mais justa estrutura social.

Há, assim, um problema de credibilidade da esquerda, em geral, e a conjuntura não lhe parece muito favorável. Numa altura em que um novo e mais sofisticado ciclo de desmandos do liberalismo tanto reclamaria uma consistente resposta política.

4. Uma resposta política afirmativa

Essa resposta terá que passar pela afirmação de um novo projeto político que, como noutras circunstâncias, parta à conquista de um contexto geopolítico que lhe seja favorável e do seu reconhecimento pelo eleitorado.

Ora se, pelo menos à partida, seria possível reunir toda a esquerda na defesa do Estado social, mais difícil será agregá-la agora à volta desse projeto político afirmativo, pelas razões expostas e, sobretudo, pelos posicionamentos partidários que delas derivam.

Em relação ao reformismo, que o PS *grosso modo* representa, a questão que se coloca é a de saber até que ponto a atual crise é capaz de o desenredar de compromissos assumidos no exercício do poder, a ponto de o reconduzir à original preocupação com a estrutura social.

Só essa referência lhe permitirá a orientação em direção a uma coerente política reformista. Para tal, muito poderá contribuir a consolidação e a representação política da margem esquerda do socialismo e o seu acréscimo, em termos de massa crítica, para os quais o LIVRE se propõe contribuir.

Em relação à perspectiva revolucionária, onde pontifica o PC, a questão é um pouco mais complexa.

Por um lado, não parece especialmente motivada para aceder ao atual poder político. O PC tem de há muito uma base social consolidada que não foi erodida pelo exercício do poder, nem pretende perder por essa via. E as características da presente crise só o ajudam a congregá-la.

A sua ambição revolucionária pode bem compactuar com a reivindicação de uma democracia avançada que, se lhe permite assumir-se como o mais consequente defensor das conquistas do Estado social, lhe permitirá também sempre subir a respetiva fasquia.

Certo é que, não denunciando o caminho a percorrer entre a presente conjuntura e a desejada estrutura, pressupostamente a cargo da revolução, aparece ao geral do eleitorado como um partido de protesto, apesar do seu cunho marcadamente institucional.

Por outro lado, o seu tributo ao estruturalismo determinista não só lhe permite simplificar a divisão do mundo, entre os que estão com ele e contra ele, como o prende a uma arraigada crença. É esta que o impede de aplicar o materialismo histórico fundador a uma análise consequente dos resultados dos processos revolucionários com que se identifica.

Aquela perspectiva, que o arroga como vanguarda dos dotados protagonistas da mudança social revolucionária, impede-o de compromissos que não sejam táticos, ou de outras concessões políticas, e condiciona a sua análise dos conflitos sociais transformadores e a sua disponibilidade para qualquer tipo de alianças.

É claro que a perspectiva revolucionária não se esgota no Partido Comunista. Mas, as suas outras versões não parecem, enquanto tal, requerer outro tipo de análise. Não apresentam diferenças substantivas, em termos dos seus fundamentos. Não sugerem também resultados diferenciáveis, em termos dos seus sucessos. Não suscitam ainda maior atratividade, em relação à sua potencial base social de apoio. Nem,

disputando-lhe o mesmo terreno, parecem demonstrar maior disponibilidade para participar num projeto político reformista e afirmativo.

Isso não invalida, porém, que para tal não devam ser todas convocadas, tendo em conta a disponibilidade do seu eleitorado para a defesa das conquistas do Estado social. E, quem sabe, para um programa governativo que lhe apareça suficientemente alternativo, em relação às práticas políticas dominantes?!



LIVRE

Liberdade - Esquerda - Europa - Ecologia

1º CONGRESSO DO LIVRE - Sintra, 5 de outubro de 2014

MOÇÃO 3

Título: Por uma política educativa progressista, promotora da igualdade, da liberdade, do ambiente e da democracia

Proponente: Pedro Abrantes (Pedro.abrantes@iscte.pt, 911190083)

Subscritores: Renato Miguel do Carmo, João Massena, João Vasco Gama, Jorge Pinto, Isabel Mendes Lopes

Resumo: Defendemos uma educação pública de qualidade para todos, assente na equidade e na valorização dos seus profissionais. Escolas democráticas que formem cidadãos, centradas na cooperação e no trabalho significativo, que promovam a reflexão, a criatividade, a inclusão, a diversidade, a comunidade e o ambiente, articulando educação formal e informal.

Moção:

Por uma política educativa progressista, promotora da igualdade, da liberdade, do ambiente e da democracia

A educação é um alicerce fundamental na (re)construção e desenvolvimento das sociedades. Se defendemos uma sociedade mais livre, mais democrática, mais coesa, mais justa e mais ecológica, em que a dignidade e o bem-estar dos diversos setores da população sejam a prioridade, precisamos de um sistema educativo que proteja, estude, dissemine e aprofunde esses valores. Isso implica um maior investimento na educação, mas, sobretudo, a introdução de medidas que permitam uma transformação do sistema educativo.

Necessitamos de um sistema educativo que promova a igualdade, a liberdade, os direitos humanos, o ambiente e a democracia. Necessitamos de um sistema educativo que lute contra a discriminação, a exploração e a exclusão, nas suas diferentes dimensões. Necessitamos de um sistema educativo que forme profissionais competentes, informados e empreendedores, mas também cidadãos críticos, conscientes e solidários, tanto a nível local, como nacional, europeu e global. E, para isso, não é suficiente que esses valores sejam ensinados nas escolas; é necessário que esses valores sejam vividos desde a infância e se convertam em princípios da vida escolar.

É importante reconhecer os enormes avanços que foram conseguidos, nas últimas décadas, não apenas em termos da expansão dos serviços educativos, mas também em termos da qualificação dos equipamentos e dos profissionais da rede pública de educação, face à escola repressiva, elitista e minimalista do Estado Novo. Este processo permitiu um salto civilizacional, em termos da inclusão e da formação da população portuguesa. Porém, importa também denunciar os avanços que se têm registado, sobretudo nos últimos anos, no reforço dos mecanismos de controlo, uniformização e segregação, através de um enfoque em exames, classificações, hierarquias, punições, bem como uma estratégia de privatização gradual do sistema educativo.

Portugal possui hoje um corpo de profissionais da educação numeroso, experiente, organizado e altamente preparado, que merece ser reconhecido como tal. Possui igualmente famílias e estudantes, muito mais qualificados e informados do que nas gerações anteriores, que reivindicam que o seu estatuto de cidadãos não seja deixado fora dos portões das escolas. Neste sentido, um primeiro aspecto fundamental é que qualquer transformação do sistema educativo deve ser feita com os

profissionais, as famílias e os estudantes, nunca contra elas, nem praticando um princípio sistemático de desconfiança e autoritarismo, como tem ocorrido.

A educação pública, laica e universal tem constituído um dos baluartes da esquerda, pois é uma via fundamental para a emancipação dos povos, para a liberdade, a igualdade e a justiça sociais. Há muitas evidências de que este tipo de educação é defendido por largos sectores da população portuguesa, como uma das principais conquistas de Abril. No entanto, as muitas intervenções recentes que têm surgido, no espaço público, a partir da esquerda têm sido, regra geral, reativas e fragmentadas. Ora se faz a apologia da escola pública, ora se defendem os direitos dos professores, ora se contesta o carácter socialmente seletivo do acesso e sucesso escolares, ora se critica o fim da formação cívica, da educação de adultos e dos programas sócio-educativos, ora se reclama o carácter laico, público e gratuito da rede escolar, como é consagrado na Constituição... raramente se enunciam estas várias lutas como elementos de uma política integral alternativa para a educação.

A esquerda não pode cingir-se a uma força crítica e de bloqueio das reformas educativas que vemos surgir, de inspiração neoliberal, escudando-se num modelo escolar ancorado na era industrial. É necessário que a esquerda volte a ter um projeto de transformação educativa e social, ou seja, do social pelo educativo e do educativo pelo social. Isto implica reconhecer e aprofundar programas importantes que foram levados a cabo nas últimas décadas, mas rejeitar, de forma inequívoca, outras medidas que configuraram cedências às elites, ao capital privado e às ideologias conservadoras.

Como contributo para a construção coletiva de um sistema educativo que promova uma sociedade mais livre, mais democrática, mais coesa, mais justa e mais ecológica, orientado pelos princípios do desenvolvimento humano e da igualdade de oportunidades, avançamos então com as seguintes propostas.

1. Aprofundar o projeto de uma educação pública de qualidade para todos

Concretizando o que é definido na Constituição Portuguesa, ao Estado cabe criar e gerir uma rede de escolas que permita a educação de todas as crianças e jovens, respeitando as famílias que optam por ofertas educativas privadas, desde que suportadas integralmente pelas famílias e supervisionadas pelo Estado. A prioridade das políticas públicas deve ser orientada, então, para apoiar as escolas públicas e para garantir a todos os estudantes, em condições de efetiva igualdade de oportunidades, uma educação universal, laica e gratuita. Além disso, este programa de ação deve ser alargado aos adultos,

promovendo serviços públicos, adequados e gratuitos para que os adultos desenvolvam efetivamente as competências básicas para se integrarem e serem valorizados na sociedade atual.

2. Reafirmar as escolas/universidades como pilares da democracia

Os estabelecimentos de ensino devem ser espaços que aprofundem o regime democrático e formem cidadãos, capazes de participar nas questões públicas, nos níveis local, nacional, europeu e global. Isto supõe não apenas incluir a aprendizagem dos mecanismos centrais da democracia numa disciplina agregadora de Ciências Sociais no ensino básico (incorporando as atuais disciplinas de História e Geografia), mas implica, sobretudo, fomentar o sentido crítico e a prática democrática, a nível local. Neste sentido, a própria vida escolar tem que ser regulada por instâncias de participação efetiva, em que tenham voz os professores, o pessoal não docente, os alunos e as famílias. É importante, para isso, alterar as regras de eleição das direções de escola e de agrupamento, de forma a que assentem em princípios de democracia direta e deliberativa.

3. Dignificar os profissionais da educação

É fundamental que o estatuto e as condições de trabalho dos professores sejam valorizados, enquanto especialistas altamente qualificados, com uma missão difícil e vital para o país. Além de reforçar o seu papel na regulação democrática da vida da escola, assim como nos canais de participação e auscultação quanto às próprias medidas da administração central, torna-se fundamental desburocratizar as suas funções, descongelar as progressões na carreira, garantir a sua estabilidade profissional e geográfica, reforçar a formação contínua e a avaliação formativa, por equipas de especialistas independentes, reafirmar a sua posição de autoridade no contexto da sala de aula. No 2º e 3º ciclo, a redução do número de professores/turma afigura-se uma medida premente, com vista a garantir um trabalho continuado, qualificado e criativo. Também os auxiliares da ação educativa devem ser valorizados e qualificados, como agentes centrais na educação dos estudantes.

4. Tornar equitativa a rede escolar

É central que a distribuição dos alunos e dos recursos pela rede escolar seja realizada segundo princípios de transparência, equidade e inclusão social. Assim, a distribuição dos alunos por escolas deve realizar-se de acordo com a “área de residência” e procurando que todos os estabelecimentos tenham um público socialmente heterogéneo. Também na constituição das turmas, deve-se combater que os alunos mais desfavorecidos se concentrem em algumas turmas, visto que isso representa uma séria limitação à sua aprendizagem e integração social e uma ameaça real à igualdade de oportunidades. Isto supõe igualmente que se criem condições para que todos os estudantes desenvolvam as competências básicas, no tempo esperado, evitando a constituição de turmas alternativas, nas quais se concentram os jovens depois de várias retenções e em risco de exclusão.

5. Centrar a escola/universidade no trabalho (significativo) dos estudantes

A visão de um estabelecimento de ensino em que os professores “dão a matéria” e os alunos mostram que a sabem periodicamente, em testes/exames, é claramente anacrónica, contribuindo para a exclusão de muitos alunos, em vez de prepará-los para o mundo atual. Não significa que as atividades expositivas e os testes/exames não sejam importantes, em certos momentos, mas a vida escolar deve centrar-se no trabalho (significativo) dos alunos, isto é, no seu envolvimento em atividades práticas nas quais vão desenvolvendo competências, valores, disposições. É importante notar também que a maioria das escolas públicas dispõem, hoje em dia, de bibliotecas, laboratórios, pavilhões gimno-desportivos, entre outros espaços, assim que é fundamental valorizá-los com espaços de aprendizagens diversas e práticas, em articulação com o trabalho em sala de aula.

6. Valorizar a integração europeia, a diversidade cultural e as comunidades locais

O sistema educativo e cada escola devem reconhecer e valorizar o facto de vivermos num mundo com diferentes culturas e, em específico, de integrarmos o projeto europeu. O facto de se encontrarem, numa mesma escola/turma, alunos de variadas origens deve ser um fator de enriquecimento para todos e não um motivo de conflitos e exclusões. De igual forma, o facto de nos encontrarmos integrados num espaço e projeto europeu deve refletir-se nas práticas escolares. Em vez de aplicar programas nacionais descontextualizados, as escolas e universidades devem reforçar o seu conhecimento e compromisso

com os territórios e comunidades envolventes, organizando o trabalho académico como forma de enriquecimento da vida comunitária e participação nos programas de desenvolvimento local, nacional e europeu. A referida disciplina integradora de Ciências Sociais, no ensino básico, pode ter um papel central neste campo, mas será importante que esta orientação seja incorporada nos vários espaços e tempos da vida escolar.

7. Reconhecer, acompanhar, integrar e qualificar cada aluno/formando

Em vez de fábricas de manuais, aulas e exames, as escolas devem proporcionar um acompanhamento efetivo de cada um dos seus estudantes/formandos e uma organização do trabalho pedagógico tendo em conta os trajetos e projetos de cada um. Isso é possível através de: (1) valorização do papel do diretor de turma; (2) redução do número de alunos/turma; (3) redução do número de disciplinas/professores por turma – e conseqüente redução do número de alunos que cada professor tem a seu cargo; (4) diversificação e qualificação dos processos de avaliação formativa, em vez do enfoque na avaliação sumativa; (5) reforço dos serviços de orientação e apoio. É certo que estas medidas implicam recursos suplementares, mas desde que reduzam o número de retenções e de turmas especiais para alunos reprovados, significarão, sobretudo, uma melhor gestão dos recursos existentes.

8. Valorizar a relação entre a educação formal, informal e não formal

É fundamental que, nos seus diferentes níveis, as instituições educativas reconheçam a existência de processos de educação informal e não formal, buscando pontes com os currículos escolares. Em específico, é fundamental o reforço da relação com as práticas laborais, tanto no sentido de facilitar a integração profissional dos estudantes, como no sentido de qualificar as próprias práticas laborais. No ensino básico, esse desígnio supõe desenvolver em todos os jovens um conjunto de competências básicas que os prepare efetivamente para a vida ativa. No ensino secundário, tal projeto implica reforçar e qualificar os cursos profissionais. No ensino superior, supõe reforçar a relação entre o trabalho académico e o funcionamento das organizações produtivas dos três sectores. Na educação de adultos, significa continuar o trabalho de reconhecer as competências desenvolvidas pelos formandos, como primeiro passo para o desenvolvimento de novas competências adequadas às suas experiências e expectativas laborais.

9. Construir escolas comprometidas com a inclusão social e com o meio ambiente

Em vez de escolas que promovam a competição entre estudantes e entre professores, precisamos de escolas inclusivas, em que os estudantes sejam estimulados e possam desenvolver competências e disposições de respeito e proteção do meio ambiente, assim como de cooperação e solidariedade, sobretudo com aqueles que se encontram em situação de inferioridade. Estes princípios não devem apenas ser formalmente inscritos no currículo, mas devem orientar as práticas organizacionais, pedagógicas e avaliativas e, desta forma, as interações quotidianas dentro dos espaços escolares.



LIVRE

Liberdade - Esquerda - Europa - Ecologia

Iº CONGRESSO DO LIVRE - Sintra, 5 de outubro de 2014

MOÇÃO 4

Título: Por uma Participação Mais Inclusiva dos Portugueses no Estrangeiro na Vida da Política Nacional:
Juntar Vontades e Fazer Futuro

Proponente: Lídia Martins (lidiamartins@yahoo.com, 0032476451658)

Subscritores: Teresa Leitão, Jorge Pinto, Nuno Batalha

Resumo:

Moção:

**Por uma Participação Mais Inclusiva dos Portugueses no Estrangeiro na Vida da Política
Nacional: Juntar Vontades e Fazer Futuro**

Desde a oficialização da Crise e desde o Programa de Ajustamento da Troika, cerca de meio milhão de cidadãos viram-se forçados a abandonar Portugal, por razões económicas, cumprindo a injunção do primeiro ministro Passos Coelho.

Eles são emigrantes, migrantes, trabalhadores destacados, trabalhadores móveis, estudantes, investigadores, prestadores de serviços, etc.

Este êxodo ainda não terminou e todos os dias mais portugueses deixam o país, à procura de trabalho, na Europa, nas Américas, em África, na Ásia.

As situações económicas e políticas nos países de acolhimento são cada vez mais difíceis e duras, nomeadamente devido a medidas restritivas à imigração. Estes portugueses encontram-se, no plano da cidadania, em situação de discriminação, de vulnerabilidade, atomização e exclusão, quer em relação ao país que deixaram quer em relação ao país onde agora se encontram. A insegurança e o medo prevalecem no dia-a-dia e afectam gravemente a reivindicação dos seus direitos civis e políticos.

Muitos dos emigrantes que pensavam regressar a Portugal para gozar a reforma de uma vida inteira de trabalho cancelaram os seus projectos e estão agora suspensos e atentos à evolução da situação em Portugal.

Tem sido costume nacional, quer da parte das autoridades como dos partidos políticos, tratar os portugueses no estrangeiro com folclore e distância, em diferido, a exemplo da programação da RTPinternacional.

É mínima e descontínua a abertura da vida política nacional aos portugueses no estrangeiro. Aquilo que mais interessa são as suas remessas e possibilidades de poupança.

Não obstante as dificuldades, os portugueses fora do seu país recusam doravante a tradicional noção de "cidadãos de segunda categoria". Como qualquer emigrante, muito ligados à família e à terra de origem, estes cidadãos dispõem hoje de meios e instrumentos tecnológicos que lhes permitem seguir quase em

tempo real a situação nacional e, como tal, revoltam-se contra o estado de coisas e reclamam novas abordagens e soluções.

Considerando e reiterando a Moção Estratégica do Livre " A Exigência Democrática"

Considerando e reiterando o Manifesto "Desafio à Diáspora"

Considerando e reiterando os Valores do Livre, nomeadamente a Democracia Participativa.

Considerando e reiterando o exposto no Manifesto do Núcleo Territorial de Bruxelas

Saudamos a abertura do Livre a uma participação política efectiva dos portugueses no estrangeiro.

Saudamos os esforços envidados pelo Livre para tentar resolver (nomeadamente através de Comunicados) situações inaceitáveis de falta de apoio consular que lesam os direitos civis e políticos dos portugueses no estrangeiro.

Saudamos os esforços pioneiros do Livre ao transmitir pela internet os seus debates, reuniões, assembleias e congresso.

Saudamos igualmente a organização de debates temáticos, via skype ou por outros meios electrónicos, em que responsáveis do Livre debatem e conversam com portugueses espalhados pelo mundo.

Graças a todos estes esforços os cidadãos que estão geograficamente separados podem animar-se a participar mais activamente na vida política e a contribuir para a realização dos objectivos do Livre.

Pretende esta moção encorajar o Livre nesta senda de não-discriminação, aproximação e inclusão das Comunidades Portuguesas no Estrangeiro e reiterar a importância dos seguintes eixos de acção :

- Apostar na comunicação cidadã através das redes e dos média sociais, e de todas as outras novas possibilidades da comunicação audio-visual pela internet.
- Apostar na criação de Grupos de Trabalho ExtraTerritoriais Cooperativos de Esquerda, com uma grande componente prática.
- Estudar os instrumentos de votação electrónica como " ÁGORA VOTING", que já está a ser usado no parlamento espanhol e nas AG's do partido espanhol Podemos.
- Fazer com que a Assembleia da República, casa da democracia, se abra aos cidadãos emigrantes e imigrantes e que os seus mecanismos de funcionamento sejam transparentes.
- Lutar pela alteração da vetusta legislação que regula a representatividade dos Círculos Eleitorais Extra Territoriais.
- Estabelecer contactos mais próximos e diálogo continuado com a Direcção Geral Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, e com o Sindicato dos Trabalhadores Consulares, exigindo a estes actores:
 - A. colaboração com associações de portugueses, onde existirem, para uma mais ampla divulgação dos calendários de recenseamento e eleitorais.
 - B. que durante o período de recenseamento eleitoral se preveja abertura dos consulados em horário prolongado, e a abertura de antenas extraordinárias onde não haja consulado, com vista a facilitar o recenseamento, condição sine qua non do exercício do direito de voto.
 - C. a reactivação do CONSULADO VIRTUAL, investimento que foi interrompido e cujos terminais existentes nunca foram utilizados.
 - D. que em dia de eleições providenciem mais mesas de voto, ou o voto em linha
- Exigir à Secretaria das Comunidades Portuguesas no Estrangeiro a prestação de informação rigorosa e atempada sobre os calendários e requisitos eleitorais, voltando a usar o serviço público da RTPi.

Sintra, 5 de Outubro de 2014



LIVRE

Liberdade - Esquerda - Europa - Ecologia

Iº CONGRESSO DO LIVRE - Sintra, 5 de outubro de 2014

MOÇÃO 5

Título: Pela convergência Ecológica no LIVRE e em Portugal: pragmatismo e ambição

Proponentes: Carlos Manuel Guilherme Lage Teixeira (starkhyel@gmail.com, 914121770); Frederico Brandão (frederico_brandao@hotmail.com, 915836106); Alexandre Vaz (avazphoto@yahoo.com, 919892986); Ricardo João Gil Pereira (ricardogilpereira@gmail.com, 919300455)

Subscritores: José Manuel N. Azevedo, Jorge Pinto, Patrick Teixeira, Aldo Oliveira

Resumo: A moção visa dar continuidade aos documentos já aprovados que enquadram a vocação ecologista do LIVRE, alicerçando-se na actividade do Círculo Temático Ecologia e propondo um compromisso do LIVRE com a Ecologia no seu âmbito mais amplo, assumindo a ambição desejada e o pragmatismo necessário.

Moção:

Pela convergência Ecológica no LIVRE e em Portugal: pragmatismo e ambição

A Ecologia é um dos quatro valores fundamentais do LIVRE e um dos sete princípios detalhados na Declaração de Princípios do partido. Para além da sua natureza enquanto valor e princípio, a aplicação do pensamento e do conhecimento providenciados pela Ecologia, enquanto ciência e enquadramento ético, na acção política desenvolvida pelo LIVRE, está também presente no respetivo Programa Político. Partindo desta base, foi possível aprovar no Congresso Fundador a moção específica “A Ecologia enquanto princípio orgânico do LIVRE”, a qual detalhou um conjunto de princípios orientadores, associados ao pensamento ecológico, nomeadamente: sustentabilidade, precaução, solidariedade intergeracional e bem-estar universal. Foi ainda possível aprovar um conjunto de medidas de carácter ecológico para o Programa do LIVRE às Eleições Europeias de 2014.

Nos últimos meses entrou em funcionamento o Círculo Temático Ecologia, dentro do qual membros e apoiantes do LIVRE debatem ideias que se relacionam com a natureza ecológica do LIVRE e a ambição que muitos esperam da parte deste novo partido português.

A pressão exercida pela actividade humana sobre o sistema Terrestre tem vindo a aumentar durante as últimas décadas e em consequência disso estão hoje em curso alterações globais de diversos tipos e cuja taxa de ocorrência se tem intensificado. Neste contexto, diversos limites críticos à escala global, regional e local têm sido ultrapassados ou estão em vias de o ser, originando consequências abruptas e potencialmente irreversíveis nas funções do planeta que sustentam a vida e inevitavelmente também no bem-estar humano. À escala global, o desaparecimento da diversidade biológica por via da destruição dos habitats naturais, as alterações climáticas, a introdução e expansão de espécies invasoras, as alterações aos ciclos naturais do planeta e a depleção dos recursos naturais e dos serviços que os ecossistemas terrestres e oceânicos prestam à humanidade, entre muitos outros problemas de igual dimensão, exigem resposta rápida e concertada por parte da civilização humana e das sociedades que a compõem.

Em Portugal, as alterações ao território e aos sistemas naturais que ele suporta começaram há milhares de anos, mas essas alterações foram particularmente impulsionadas pelas profundas modificações socioeconómicas ocorridas durante o último século.

A temperatura média do ar em Portugal Continental, por exemplo, apresenta uma tendência crescente desde as primeiras décadas do século XX e os modelos actuais antecipam o agravamento desta situação.

Actualmente, os ecossistemas portugueses providenciam um conjunto de serviços essenciais ao bem-estar da sociedade mas alguns problemas estão a intensificar-se. Se por um lado a produção de água pelos ecossistemas portugueses satisfaz as necessidades de consumo existentes, por outro lado, de acordo com o Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos, 40% dos meios hídricos superficiais têm muito má qualidade.

A agricultura portuguesa caracteriza-se por bons e maus exemplos. Por um lado temos a produção integrada em sistemas de alto valor natural de que são particular exemplo os montados e os lameiros. Por outro lado temos a produção intensiva e uma utilização por vezes leviana do regadio. De acordo com dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, a produção nacional de alimento é deficitária em 30% em relação ao consumo. Este é um sector que sobrevive num contexto de progressiva desertificação e degradação dos solos, sobretudo no sul do país.

Os índices de diversidade biológica em Portugal são ainda dos mais elevados no continente Europeu mas de acordo com o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, 30% das espécies de vertebrados e 70% das espécies de peixe de água-doce apresentam um estatuto de conservação preocupante.

A expansão da floresta portuguesa nas últimas décadas favoreceu um aumento do sequestro de carbono, mas a sua composição relativa tornou-se mais pobre, caracterizada por regimes de monocultura e pela presença de espécies exóticas de crescimento rápido. O desaparecimento do mosaico de espécies nativas característico de várias regiões de Portugal tem contribuído para o contínuo problema dos incêndios. Os estudos realizados após os catastróficos incêndios de 2003 indicam que Portugal tem também um número anormalmente elevado de ignições resultantes de uma cultura displicente na relação dos portugueses com a floresta. A ausência de investimento na prevenção, nomeadamente através do reordenamento florestal, a fraca implementação das Zonas de Intervenção Florestal, o atraso na profissionalização plena dos bombeiros e os contratos onerosos relacionados com os meios de combate, são situações que precisam de ser resolvidas.

O modelo de mobilidade baseado no automóvel e a ineficácia do ordenamento urbano, em conjunto com uma economia baseada na construção de infraestruturas e habitação de forma extensiva e pouco cautelosa por todo o território foram um dos fatores de maior pressão sobre os ecossistemas naturais, a qualidade de vida e a saúde ambiental dos portugueses.

Algumas lacunas e a implementação ineficaz da legislação de ordenamento do território e do mar têm potenciado o desordenamento em terra e a prossecução de impactos diversos em meio marinho, com consequências variadas das quais é exemplo o aumento considerável da erosão costeira – um fenómeno que nunca esteve tão evidente como neste inverno passado.

Não tenhamos dúvidas, o quadro actual é preocupante. Mas a sociedade portuguesa tem nela o fundamental para a sua resolução ou mitigação, produzindo com frequência soluções cuja implementação necessita apenas da acção política dos decisores e da colaboração pró-activa dos cidadãos.

No passado foi possível desenvolver políticas públicas de ambiente com qualidade a partir de iniciativas nacionais, como por exemplo a Lei de Bases do Ambiente (entretanto reformada pelo actual governo). A adesão à União Europeia permitiu-nos avançar rapidamente no âmbito de algumas políticas sectoriais por via da adopção de regulamentos europeus e da transposição de Directivas Europeias, como a Directiva Habitats ou a Directiva-Quadro da Água. Mas a principal conclusão a que a maior parte dos avaliadores chega, independentemente do sector, é a de que o que sistematicamente falha em Portugal é a implementação. Temos Directivas, temos leis mas não as sabemos, ou não tem sido conveniente saber, implementar com eficácia. Disso é exemplo a própria Rede Natura 2000 – temos os sítios delineados no papel mas faltam planos de gestão concreta, com orçamento e calendários para a respectiva execução.

O LIVRE tem que assumir este compromisso com os portugueses: vamos implementar as leis que temos.

Mas o LIVRE deve fazer muito mais. O LIVRE pode mostrar como aliando ecologia e investigação é possível inovar, desenvolvendo uma Economia Ecológica que nos traga mais eficiência no consumo dos recursos e da energia, com criação de emprego qualificado e valorização do que de mais único temos – a nossa riqueza natural.

O LIVRE deve assumir esse desígnio com os portugueses: reconhecendo o valor intrínseco do nosso território, do nosso clima, dos nossos ecossistemas e da nossa diversidade biológica, e com isso criar oportunidades e estimular um modelo económico mais resiliente e sustentável.

E o LIVRE deve ir ainda mais longe. O LIVRE pode mostrar que é possível transformar positivamente as sociedades modernas, transitando dos modelos sociais moldados sob a égide do consumismo e da competitividade económica a qualquer custo, para um modelo de sociedade mais solidária, consciente

da sua cidadania e motivada pela qualidade de vida, pelo bem-estar e pela gestão sustentável dos recursos.

Por tudo isso o LIVRE deverá ser um interlocutor político privilegiado na articulação da dimensão ecológica com as outras esferas políticas e sociais, criando espaços de debate e convergência na procura de soluções concretas. Mantendo presente a ideia de que a política se joga simultaneamente no plano operacional dos quadros legais vigentes, através da proposta de melhoria de políticas e da criação de dispositivos de maior eficácia na sua implementação, mas também através de um discurso de longo alcance, crítico e reformista de construção de sociedades mais justas e equilibradas.



LIVRE

Liberdade - Esquerda - Europa - Ecologia

MOÇÃO 6

Título: A Esquerda, a Direita e o Crescimento Económico

Proponente: Luís Figueiredo (seravatsiul@hotmail.com, 910 153 382)

Subscritores: Rodolfo Rocha, Heitor Matos, Michel Rombert, Helena Figueiredo, Nivaldo da Silva

Resumo: Esta moção pretende demonstrar o falhanço das políticas de direita no que respeita ao início de um ciclo de crescimento económico concluindo períodos de recessão cíclicos e as virtudes das soluções políticas de esquerda que inverteriam este ciclo.

Moção:

A Esquerda, a Direita e o Crescimento Económico

Hoje comemora-se o dia 5 de Outubro, o dia em que o poder em Portugal deixou de estar numa família e passou a estar mais distribuído, o dia em que a Monarquia deu lugar à República. O dia em que a República decidiu mudar este país.

Hoje, tal como há 104 anos vivemos uma época em que o poder assume uma forma quase totalitária, de regimes de alternância, onde a esquerda não se encontra representada, onde o povo não é ouvido, onde a justiça não é efetiva.

Hoje, Portugal encontra-se subjugado a interesses exteriores, a um mundo quase oculto, em que o poder financeiro asfixia tudo o resto, tornando a vida um exercício de mera sobrevivência, aumentando as assimetrias e as desigualdades e deixando pouca margem para a criatividade, para a cultura e para a vida pessoal e social.

Hoje, tal como há 104 anos há que progredir, há que desenvolver, há que inovar, há que regenerar, há que ouvir o povo... que é, quem mais ordena.

Hoje, o povo português sofre de forma severa os efeitos de uma crise económica e financeira para a qual nada contribuiu e que é da exclusiva responsabilidade de uma classe política que, para além de ter delapidado o erário público com investimentos megalómanos ou mal planeados, de forma incúria e incompetente, implementou medidas corretivas, ditas de austeridade, que fomentaram a degradação das condições de vida, criando uma recessão que empobreceu o país e, com ela, pretendendo matar a Constituição da República Portuguesa sob falsos argumentos.

Hoje o povo não se revê nas opções políticas, não votando, e indo assim ao encontro, muito provavelmente, dos objetivos da classe governante.

As opções políticas da direita no poder, seguem de perto objetivos a nível mundial, que desconhecemos e nos quais não nos revemos, pois não defendem os direitos humanos e a solidariedade social. Será possível tamanha incompetência ou negligência? Ou mais grave ainda, serão medidas mundialmente concertadas, tendo como propósito retirar a motivação e a força de uma classe média fragilizada? A situação em que nos encontramos é consequência da sucessiva perda do poder de determinação do nosso futuro, com o qual também fomos coniventes pela nossa falta de intervenção política e social.

Esta crise acabou por dar um novo sinónimo à palavra “austeridade”. Hoje, os povos do Sul da Europa sabem que “austeridade” equivale a “recessão”. Todos os povos do Sul da Europa ficaram a perceber um pouco mais de Economia, graças às más políticas destes governos. Esta crise mostrou a todos, desde o eminente economista àquele que não teve possibilidade de obter melhores qualificações, que a austeridade não traz crescimento económico, mas, pelo contrário, recessão em cima de recessão. E mesmo que exista pontualmente algum crescimento económico, este deve-se a termos batido no fundo, ou ao facto de, paradoxalmente, o Tribunal Constitucional ter contribuído para o crescimento económico, devolvendo parte do rendimento, retirado injustamente, àqueles que menos têm e àqueles que mais contribuem para um efetivo crescimento económico.

O pequeno e o muito pequeno empresário, bem como o consumidor já diagnosticaram, melhor que o próprio Governo atual, o que se passa em Portugal. O país não cresce porque o povo não tem dinheiro. Não adianta apoiar as empresas, se o consumidor não compra. Não adianta baixar o IRC, a TSU ou oferecer outras benesses às empresas se o dinheiro não circula. Para quê investir nas empresas, se elas só produzirem para vender ao exterior com margens irrisórias ou para colocar a produção nos seus armazéns?

Esta política de direita, que fomenta desigualdades, que empobrece o país, que acaba com o investimento, que acaba com a investigação, inovação e desenvolvimento, que desertifica o país, que envia os jovens qualificados para o exterior, que recruta os reformados endinheirados estrangeiros para que possamos ser seus criados, que gasta fundos nacionais em projetos ruinosos para o país, que reduz a qualidade de vida, que reduz o número de nascimentos e da população em Portugal, que reduz o consumo, aumentando assim o desemprego e o sentimento depressivo de um povo,... não serve ao país. Esta é a política que diminui a esperança e alimenta o desespero das pessoas, contribuindo para o crescimento dos problemas de saúde e de criminalidade em Portugal.

A Esquerda em geral, e o LIVRE em particular não aceita esta política.

O LIVRE julga que a austeridade, em vez de facilitar o regresso a um período de crescimento económico, afunda ainda mais, este país que amamos, na malfadada dívida.

O LIVRE não afirma que os empresários não devam ser economicamente apoiados. No entanto, o LIVRE julga que existem outros mecanismos de incentivo ao investimento e à criação de emprego, para além dos apoios financeiros diretos, que devem ser ponderados e aplicados.

O LIVRE entende que uma política de crescimento económico assenta no aumento do rendimento disponível das famílias como, por exemplo, na redução das taxas do IRS, na redução das taxas relativas ao investimento, na redução do desemprego, numa maior investigação em produtos de qualidade e de maior valor acrescentado, enfim, assenta numa economia mais auto-suficiente, criativa e produtiva.

Um maior rendimento disponível das famílias trará mais consumo. Mais consumo trará: ao Estado, mais receitas de IVA e de IRC, ao setor privado, mais vendas, mais lucro e mais investimento, e às famílias, melhor qualidade de vida. Os lucros do setor privado, gerados pelo aumento das vendas, poderão gerar mais investimento e mais emprego. Mais emprego trará, ao Estado, maior receita de IRS e menores gastos com subsídios de desemprego. Empresas produzindo e vendendo mais, gerando riqueza canalizando-a para o investimento e a criação de postos de trabalho, terão melhor sustentabilidade e, por essa razão, serão mais sustentáveis. Indiretamente, o Estado poupará, no setor da saúde, com cidadãos menos assoberbados de preocupações e mais motivado, na área da administração interna, com a redução da criminalidade, e em geral, com a manutenção dos jovens qualificados no país.

No LIVRE, o futuro constrói-se todos os dias, melhorando e aperfeiçoando ideias. No LIVRE, existem dúvidas e temos o direito de nos enganar e melhorar. No LIVRE, não discriminamos. No LIVRE, preocupamo-nos com o presente e com o futuro. No LIVRE queremos um ambiente saudável. No LIVRE queremos devolver a esperança ao povo. No LIVRE, desejamos que todos possam ter um projeto de vida em Portugal. No LIVRE, queremos que todos tenham voz. No LIVRE, somos todos de uma esquerda progressista.

Por todas estas razões, o Congresso do LIVRE delibera:

1. Trabalhar no sentido de acabar com a austeridade que conduz à recessão e conseqüente empobrecimento do país.
2. Trabalhar no sentido de implementar medidas estruturais que conduzam o país à criação de um ciclo de crescimento económico sustentado, assente numa maior produção e menor dependência face ao exterior. Este crescimento económico sustentado deverá ter por base uma economia verde nos aspetos ambiental e social e uma economia azul potenciando a riqueza contida nos oceanos, bem administrada e gerando oportunidades de emprego e de negócio.
3. Trabalhar no sentido da redução do desemprego, da redução da fuga de jovens qualificados para o estrangeiro e da melhoria da qualidade de vida em Portugal, proporcionando a todos os residentes bons níveis de empregabilidade, alicerçando o tecido empresarial e produtivo

português na investigação, criando, inovando e acrescentando valor e qualidade aos produtos e serviços, garante de boas trocas comerciais pelo justo valor.

4. Trabalhar no sentido de uma justiça mais rápida, da redução da corrupção, da imputabilidade de responsabilidades relativas à gestão danosa corrente e de um maior rigor na gestão dos fundos públicos.
5. Trabalhar no sentido da não existência de portugueses de primeira e portugueses de segunda, da igualdade de género, da máxima de trabalho igual salário igual e de um efetivo progresso da sociedade portuguesa.
6. Saudar todos membros e apoiantes do LIVRE que todos os dias trabalham aplicando os princípios do LIVRE, para uma nova esquerda, que se quer unida pelos ideais progressistas do rigor, transparência, justiça e capaz de oferecer todos, e a todos, os serviços públicos consagrados na Constituição da República Portuguesa.

Sintra, 5 de Outubro de 2014